

PROCESSOS DE MIGRAÇÃO E SEU ESTUDO ATRAVÉS DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO

Roberto da Silva Ribeiro¹

Resumo

Este artigo é uma análise sistemática da literatura sobre migração do ponto de vista da arqueologia. A pesquisa compreende uma variedade de autores nacionais e estrangeiros, visando a compilação de informações abrangentes sobre o tema. Ao explorar as obras selecionadas, busca-se compreender as complexidades e os fatores que influenciam as migrações, a fim de aprimorar o conhecimento existente nessa área.

Palavras chave: Migração; Arqueologia

Abstract

This article is a systematic review of the literature on migration from an archeological perspective. The research comprises a variety of national and foreign authors, aiming at compiling comprehensive information on the subject. By exploring the selected works, we seek to understand the complexities and factors that influence migrations, in order to improve existing knowledge in this area.

Key words: Migration, Archeology

¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba, Rua José Tomé Filho, 82, Pocinhos-PB, CEP 58.150-000
Robertoribeiro2@gmail.com



INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fazer uma sistematização de bibliografia a respeito do estudos sobre migração do ponto de vista arqueológico. Justifica-se por ser uma tentativa de facilitar o trabalho do pesquisador buscando apresentar o levantamento bibliográfico sobre o que foi publicado sobre o assunto, de forma a facilitar a pesquisa. Foram incluídos autores nacionais e estrangeiros publicados em diversas línguas.

O estudo da migração analisa os pontos iniciais e finais, e o que ocorre no meio de um processo em que uma população se muda permanentemente, causada por motivos como doença e guerra. A migração se diferencia assim dos movimentos de simples transumância sazonal, viagens ou expedições de caça, em que a transferência de sede não é permanente e há o retorno ao local de origem depois de um certo período.

Pesquisar o movimento dos povos apresenta desafios especiais na arqueologia, particularmente na arqueologia pré-histórica, com sua escassez de registros escritos. Os arqueólogos são obrigados a confiar exclusivamente nos componentes do registro material para inferir movimentos de pessoas e populações (SLUSSER; 2008, p.1-4). É um exemplo conhecido que a descoberta das pontas Clovis, (11.200 AP) e Folsom (10.900 AP) criou a teoria “Clovis First” que ainda hoje molda as explicações da migração pelo continente americano, apesar de amplamente discutido e criticado.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA TEORIA SOBRE A MIGRAÇÃO

Até o séc. XVIII, no Ocidente, acreditava-se, sem questionamento, na Bíblia como documento histórico. Toda a humanidade teria nascido no Oriente Médio e se espalhado pelo mundo depois do dilúvio. As primeiras questões dos europeus sobre os nativos das Américas diziam respeito a quem eles eram e de onde tinham vindo. Quando a Igreja Católica proclamou que os nativos eram seres humanos, isso significou também o reconhecimento de que essa gente descendia de Adão e Eva e, portanto, tinha-se originado na Mesopotâmia, onde o relato bíblico coloca o Éden e a Torre de Babel.

A visão religiosa da época dizia que todo conhecimento fora revelado por Deus, primeiro através dos patriarcas, depois pelos judeus e, finalmente, através da Igreja. Para eles, o ser humano era incapaz de criar coisas novas sozinho, sem a luz da Divina Providência. Assim, a cristandade deveria ser, necessariamente, o povo mais evoluído e os povos periféricos da África e da Ásia apenas receberiam os conhecimentos difundidos pelos cristãos. No fim do séc. XIX, a ideia da Divina Providência como propulsora do progresso foi descartada, mas não o eurocentrismo. Para explicar porque a Europa seria superior aos outros povos sem recorrer ao cristianismo, foi proposta a teoria de que a natureza humana era imutável e as diferenças entre as culturas eram de procedência racial, sendo a raça branca naturalmente superior e criativa.



Entre os séculos XVI e XVIII, os eruditos especulavam se os índios podiam ser descendentes de iberos, cartagineses, israelitas, cananeus ou tártaros. Escritores ainda mais imaginativos sustentavam terem eles vindo da Atlântida. A ideia darwinista de que todos os homens têm uma genealogia comum reforçou a imagem da espécie humana como uma multidão em eterna migração. Os historiadores estavam propensos a pensar em termos de grupos raciais e viam o passado com uma sequência de migrações de povos que levavam inovações de uma região para outra (TRIGGER; 2004, p.177).

Não só o isolamento geográfico do continente americano fez surgir questões sobre a migração indígena. Os EUA foram o primeiro país fora da Europa a desenvolver uma tradição de pesquisa arqueológica nativa, antes do século XIX. Assim, os estudos de migrações pelo continente americano são os mais desenvolvidos sobre esta questão. A tese de que os índios eram incapazes de se desenvolver por si mesmos era a mais aceita entre os colonizadores e seus descendentes. Não se acreditava que construções de terra na América do Norte ou as ruínas da América Central eram devidas aos índios, mas a povos migrantes, posteriormente massacrados pelos indígenas. A religião Mórmon surge neste contexto.

Segundo o Livro de Mórmon, um grupo de judeus teria migrado através dos oceanos Índico e Pacífico e chegado à América Central no século V a.C. e aí construído as cidades, cujas ruínas se encontram hoje. Este grupo teria florescido por mil anos e depois sido arrasado por guerras internas e ataques externos até desaparecer.

DIFUSIONISMO, MONOGENISMO E POLIGENISMO

Fora do terreno religioso, o determinismo biológico indicava ser a mudança contrária à natureza humana. Isso levou a um declínio da confiança no desenvolvimento independente, à convicção de ser inverossímil que certas invenções acontecessem mais de uma vez na história humana e a um apelo à difusão e à migração para explicar mudanças culturais.

Com o surgimento das teorias ultrarracistas ao final do séc. XIX e início do século XX, a ideia de que todos os seres humanos eram descendentes dos mesmos ancestrais foi questionada. Parecia ilógico para eles que seres tão “avançados” quanto os europeus e tão “primitivos” quanto os africanos fossem da mesma espécie. Escavações regionais procuravam provar que as nações atuais tinham sempre evoluído na mesma área geográfica desde o mais remoto passado.

Criou-se a hipótese poligênica, que diz que cada grupo humano teria uma origem diferente, a hipótese do autoctonismo foi levantada. Segundo ela, cada continente teria originado a espécie humana independentemente, ou em outras palavras, que cada continente teria uma espécie, e não somente uma “raça” humana diversa. Ela era baseada em vestígios humanos, erroneamente atribuídos a hominídeos, descobertos em camadas geológicas que, por equívoco, foram consideradas mais antigas do que eram.



Exemplo disso foram os supostos “homem de Piltdown” (Europa), “homem de Nebraska” (América do Norte), “homem de Java” (Ásia), etc.

Hoje, a forma radical de poligenismo foi amplamente superada pela ciência, porém, ainda restam discussões originadas naquele tempo. Os norte-americanos, em geral, negam qualquer autoctonismo e dizem que todos os seres humanos descendem de um único grupo de *Homo sapiens* que migrou da África para a Ásia e daí para os outros continentes, sofrendo modificações fenotípicas durante suas migrações. Isso tem a ver com a negação do racismo e a vontade de demonstrar a unicidade da espécie humana. Já os europeus e os chineses têm uma visão poligenista moderada. Grande parte deles afirmam que o homem de Neanderthal e o homem de Pequim (*Homo erectus*) tiveram contribuição na formação das populações modernas ao terem se cruzado com os seres humanos que saíram da África. Assim, embora não neguem que a espécie humana tenha uma origem comum, colocam esta origem em um ponto mais remoto que os monogenistas.

Monogenistas radicais chegam a negar que os homens de Neanderthal tivessem fala, criatividade ou mesmo conseguissem inventar ferramentas complexas. Muitos deles afirmam que os Neanderthalenses simplesmente imitavam os implementos trazidos pelos migrantes africanos.

A MIGRAÇÃO PARA O CONTINENTE AMERICANO

Desde que se compreendeu que as Américas eram um continente separado dos demais, a origem dos indígenas passou a ser um problema científico. Como as terras recém descobertas não estavam ligadas com a Eurásia, como explicar a presença do homem no Novo Mundo? Já Pero Vaz de Caminha havia notado a semelhança física entre os primeiros habitantes do Brasil e os chineses, então a origem asiática era uma possível. Com o tempo ganhou apoio à teoria exposta em 1589 pelo padre jesuíta José de Acosta de que indígenas tinham cruzado o estreito de Bering como caçadores errantes oriundos da Sibéria (TRIGGER; 2004, p.177).

No Brasil, Ladislau de Souza e Mello Netto em 1867, sob influência intelectual de Louis Lartet, descobridor do homem de Cro-Magnon, com quem se corresponde, assume a arqueologia do Museu Nacional por indicação direta de D. Pedro II, de quem era protegido (MARTIN, 2008, p. 35). Uma das principais qualidades do trabalho de Ladislau é a descrição minuciosa dos objetos. Ladislau Netto acreditava que houve duas correntes de ocupação indígena, uma mais antiga, os “trogloditas” representados pelos sambaquieiros e o homem de Lagoa Santa, e os povos amazônicos, de migração mais recente, porém não indica de onde eles teriam vindo. A ideia de que os indígenas eram descendente de asiáticos que teriam atravessado o estreito de Bering teve como seu primeiro defensor Barbosa Rodrigues (RIBEIRO, 2023) o trabalho de Rodrigues (1876), *Antiguidades do Amazonas* defende que os povos da Amazônia ser descendentes de povos asiáticos, embora



pense que a migração para a América se dera depois da formação do Estado chinês, que os teria expulsado. Barbosa Rodrigues havia erradamente identificado a pedra verde com que são feitos os muiraquitãs com a nefrita, mineral do jade. Naquela época, não se conhecia nenhuma jazida de nefrita na América, o que o fez imaginar que os amazônicos adquiriam a nefrita diretamente da Ásia Central. Não havendo nenhum indício de comércio entre ambas as regiões, o autor supõe que os ancestrais dos indígenas brasileiros teriam trazido o jade consigo ao saírem da Ásia. Ora, não se podendo conceber que possa uma reserva de jade trazida por uma única leva de migrantes em uso por milênios, a migração seria extremamente recente, pouco anterior à chegada dos europeus.

O etnólogo francês Paul Rivet estudou em 1908 os crânios de Lagoa Santa, e chegou à conclusão de que eles eram semelhantes aos crânios antigos do Equador e diferentes da morfologia dos índios atuais. O autor defendeu a ideia de que a migração mais antiga para o continente americano ocorreu através de viagens de barco através do Pacífico com origem na Oceania. No ano seguinte, Cássio Lanari, escavou sedimentos depositados abaixo de uma placa estalagmítica na Lapa do Caetano, exumando pelo menos três esqueletos humanos. Por meio da datação relativa, Lanari acreditou que as populações do centro de Minas Gerais datavam do final do Pleistoceno, sendo, portanto, muito mais antigas do que pensava Rivet. Em 1926 Jorge Padberg-Drenkpol, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, buscou testar as ideias de Peter Lund, investindo em novas intervenções arqueológicas em abrigos sob rocha de Lagoa Santa. Suas escavações foram feitas sem a preocupação de documentar a estatigrafia, ou atenção ao contexto arqueológico apenas tendo o objetivo de coletar ossos. Em 1926 Jorge Padberg-Drenkpol, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, buscou testar as ideias de Peter Lund, investindo em novas intervenções arqueológicas em abrigos sob rocha de Lagoa Santa (DA-GLORIA, P., NEVES, W. A., & HUBBE, M. 2017, p. 922-923). Essas pesquisas tinham, portanto, um interesse apenas na paleontologia humana e não podem propriamente ser chamadas de arqueológicas.

Os autores difusionistas aceitaram a homogeneidade biológica dos ameríndios, expandindo-se a crença de que as populações do novo mundo foram constituídas exclusivamente por ancestrais asiáticos e de que todos eles chegaram ao continente pelo estreito de Bering em épocas distintas (CARVALHO; 2003, p.13). Porém continuava-se a sugerir que os nativos americanos não tinham criatividade, sendo apenas imitadores. Essa teoria também desestimulava os arqueólogos a considerar os desenvolvimentos internos como explicação para a mudança cultural. Havia, por isso, uma falta de interesse pela cronologia na arqueologia norte-americana, decorrente da suposição de que os grupos nativos não poderiam progredir significativamente. A evidência de mudança cultural endógena exposta por alguns arqueólogos foi rejeitada como de pouca importância.

Em 1965 começa o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas coordenado por Betty Jane Meggers e seu marido Clifford Evans. O programa tinha como objetivo principal estudar as rotas de migração pela América do Sul e partia do pressuposto “Clovis First” adotando o paradigma histórico-culturalista. Isto determinou que se pesquisassem áreas extensas em escavações rasas sem passar dos estratos holocênicos. O PRONAPA era apenas uma parte de um projeto maior que incluía o estudo das rotas de migração indígenas desde o México até a Argentina, que ocorria na mesma época.



Um exemplo de como a teoria determina a metodologia está no fato de a maioria dos arqueólogos que escavam no Brasil pararem suas sondagens quando encontram a formação geológica que marca a passagem do Pleistoceno para o Holoceno. Segundo a teoria vigente, o homem não chegou à América do Sul antes do fim do Holoceno, logo, escavar abaixo da Formação Barreiras seria inútil. Também as quadras de um por um metro onipresentes na arqueologia brasileira vêm da ideia de que o objetivo da nossa arqueologia deveria ser o estudo das migrações e, para isso, amostras esparsas seriam suficientes. Para se obter termos de comparação entre as regiões, as quadras foram padronizadas pelo PRONAPA nos anos 50.

Com base na convicção de que a mudança foi mínima o estudo sistemático da variação cultural no registro arqueológico, orientava-se para a definição de padrões geográficos antes que cronológicos (TRIGGER; 2004, p.117-118). As definições geográficas de “fase” e “tradição” que ainda predominam nos estudos de arqueologia do Brasil têm este pressuposto como válido. Os sítios são classificados como pertencendo a uma determinada fase ou tradição e se aparecem elementos de outra tradição, eles são considerados como pertencentes a um grupo superveniente que ocupou o mesmo sítio em outra data.

CRÍTICAS AOS ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES

Com o passar do tempo, foram surgindo escolas que negavam a migração como única explicação para o desenvolvimento social. Nas primeiras décadas de 1900, ganhou importância o paradigma difusionista, baseado na migração como fator explicativo, isso deu início a uma proliferação de teorias acerca dos círculos culturais, denominada histórico-cultural, que pretendia a identificação de grupos humanos.

Ainda na primeira metade do século XX, muitos estudiosos levantaram a tese segundo a qual migração e a difusão poderiam não ser as únicas maneiras de os desenvolvimentos tecnológicos e sociais acontecerem. Não haveria núcleos privilegiados de desenvolvimento central da humanidade e as invenções poderiam surgir independentemente em várias partes do mundo. Os arqueólogos marxistas foram estimulados a explicar as mudanças no registro arqueológico não em termos de migração e difusão, mas como resultado de processos internos. Esta teoria, porém, foi acusada de apoiar o autoctonismo biológico o que em alguns casos era verdade e permaneceu minoritária no meio científico ocidental. Arqueólogos nazistas, por exemplo, pretendiam provar que o povo alemão teria se instalado em seu país desde o paleolítico, estando em guerra constante com os eslavos a leste e os celtas a oeste. Com a derrota da Alemanha, esta ideia foi abandonada e novamente se voltou a pensar o difusionismo como o principal motor da evolução tecnológica.

O difusionismo passa a ser explicado pela metáfora do campanário de Ferdinand de Saussure (1949). Segundo este autor, o som de um sino de uma igreja se espalha por toda a aldeia sem que o sino saia do lugar, assim também a língua e outros traços culturais podem se difundir de um povo a outro sem a necessidade de migração. O futebol, por exemplo, surgiu na Inglaterra e se espalhou pelo mundo sem a necessidade de que os ingleses migrassem em massa para formar cada time em cada país. Viajantes e migrantes individuais



levaram o esporte para diversas partes do mundo. Da mesma maneira, a pólvora surgiu na China, mas para que ela chegasse à Europa não foi preciso que chineses migrassem. Esta tecnologia passou dos chineses para os turcos que, por sua vez, a levaram aos europeus.

Tal concepção predominava também no estudo arqueológico da Austrália Meridional. A escavação na Austrália, iniciada em 1929, de uma série estratigráfica de diferentes tipos de instrumentos, sugeriu imagem de uma história de ocupação humana mais longa e questionou a imagem de uma pré-história estática (TRIGGER; 2004, p.138).

W.W. Taylor criticou, na década de 1940, os estudos funcionalistas como mero crônico a mapear a distribuição geográfica e temporal do material arqueológico ao atribuir as mudanças culturais à difusão e à migração. Para a escola de Taylor, a estreiteza dos objetivos dos arqueólogos levava ao relaxamento no trabalho de campo e na análise arqueológica. Muitas classes de artefatos que não eram considerados importantes para a definição de culturas não eram examinados nem descritos em pormenor. Os arqueólogos deixavam também de registrar e reportar a proveniência intrassítio dos artefatos (HUDSON; 2008, p. 192-200).

Esta nova corrente deu nascimento aos mapas de distribuição de restos pré-históricos, com o fim de delimitar e seguir o desenvolvimento de sociedades específicas, o qual havia servido a muitas nações em plena formação de seus próprios estados a fortalecer sua identidade (VILLAFANEZ; 2011, p.135-150).

Trigger (2004, p.18) considera uma mostra de que interpretação dos dados arqueológicos é influenciada por fatores externos à própria ciência é que interpretações antigas são acomodadas de forma acrítica a nossas concepções. Quando R.S. MacNeish recorreu, em 1952, à seriação cerâmica para demonstrar que o desenvolvimento local explicava melhor do que a migração o surgimento das culturas iroquesas setentrionais do leste da América, ele mesmo continuou a aceitar que migrações de pequena escala eram responsáveis pela procedência de uns poucos grupos específicos. MacNeish e outros arqueólogos esqueceram que essas micromigrações não tinham sido postuladas com base em evidências arqueológicas sólidas, mas faziam parte de uma teoria sobre movimentos migratórios de maior escala que o próprio autor havia contestado.

Gordon R. Willey e um painel de estudiosos reuniram-se em 1955, em Harvard, para uma série de seminários arqueológicos e evidenciaram uma abordagem da história da cultura para a arqueologia fundamentada em “contato cultural” e a intrusão ou mistura de elementos de uma cultura em outra. Eles classificaram diferentes tipos de contato de cultura com base na natureza presumida da interação e seus resultados. O painel de Willey escolheu analisar esses aspectos particulares, pois se acreditava que a natureza e os resultados de contato eram observáveis e por não exigir nenhuma explicação dos eventos que levaram ao contato. As intrusões foram consideradas fáceis de identificar quando a cronologia de duas áreas foi estabelecida, um elemento penetrou em uma área dada e ocorreu em uma data anterior em outra área.

O seminário de 1955 distinguiu ainda dois tipos de elementos intrusivos, com base na escala, as unidades do sítio eram ocupações homogêneas de uma cultura que apareceu em outra cultura; as unidades de traços



eram características ou objetos modificados por seres humanos com estilos ou atributos reconhecíveis que podem ser identificados com uma cultura específica, mas que apareceu em uma segunda cultura.

Em 1968, Bruce Trigger baseou-se na abordagem de contato cultural quando definiu a imigração como “o movimento dos povos” e tentou distinguir entre migração e difusão. A difusão é a transferência de novas ideias ou unidades de cultura, de uma pessoa ou grupo para outra pessoa ou grupo. A migração pode incluir difusão cultural ou pode ocorrer sem difusão, quando a população migrante é assimilada pela população residente. A reabilitação do uso arqueológico da migração começou com Irving Rouse, um membro do painel original de Willey. Rouse argumentou que a “inferência das migrações da evidência arqueológica ainda é uma busca viável (SLUSSER; 2008, p.2-4).

Logo, porém, sob o impulso das obras etnográficas de Binford e a expansão intelectual inspirada na Nova arqueologia, desenvolveu-se um interesse particular no estudo das estratégias de mobilidade e padrões de assentamento de caçadores-coletores. Através de seus estudos etnoarqueológicos dos Nunamiuts no Alasca, Binford desenvolveu um modelo que explica a variabilidade dos padrões de assentamento e mobilidade usados pelos caçadores-coletores. Considera a mobilidade como uma relação dinâmica de grupos humanos com o ambiente e os recursos do território (WALSH; 1998, p. 61-64). O Processualismo criticou a visão de atribuir as diferenças culturais a barreiras geográficas e a atribuir à propagação de ideias de uma cultura para outra à difusão e à migração. A nova arqueologia processualista deu destaque à criatividade dos nativos ao considerar os indígenas em pé de igualdade com os outros povos apesar de acreditarem que as mudanças endógenas são sempre e necessariamente muito lentas em todos os povos (TRIGGER; 2004, p.289)

Somente a partir do pós-processualismo as ideias de autoctonismo cultural, claramente separado do autoctonismo biológico, passaram a ser reconsideradas. Invenções como o arco, a cerâmica e a agricultura passaram a ser compreendidas como fenômenos que surgiram em diversas partes do mundo independentemente, sem que houvesse a necessidade de uma diferença de origem biológica das populações.

INDICADORES DE MIGRAÇÃO

Diz Slusser (2008, p.2-4) que a demodinâmica de uma população é marcada por três aspectos principais: a renovação, pelas entradas e saídas representadas pela natalidade e a mortalidade; o volume, isto é, o seu efetivo, e a dinâmica geográfica, isto é, os movimentos migratórios que representam expansão, a contração ou a realocação da população sobre o mapa conforme ela cresce, decresce ou é redistribuída em uma área. As análises bioantropológicas têm oferecido suporte para a criação de modelos demográficos para o povoamento dos continentes compatíveis com a noção de fluxos populacionais de origens diversas.

À exceção dos últimos quinhentos anos, não há dados que nos permitam reconstruir uma história demográfica humana interpretável pelas técnicas tradicionais da demografia; porém os processos

demográficos, os movimentos espaçotemporais dos indivíduos, desde o nascimento até a morte, deixam traços sobre o registro arqueológico.

Quando tentam achar uma correlação entre aspectos demográficos e os dados arqueológicos, os cientistas se acham diante de uma informação que pode ser alterada por processos geológicos e tafonômicos, como por manipulações humanas através das práticas funerárias.

Sobre a renovação da população, os dados que aportam mais informação provêm da distribuição dos esqueletos nas necrópoles. Sobre o efetivo demográfico, se segue um processo contando o número de jazidas arqueológicas e se calculando uma média de habitantes por sítio. Para a dinâmica geográfica, usa-se um marcador espaciotemporal representado por datações de radiocarbono.

Pode-se deduzir a migração de padrões de mudança nas normas de uma cultura. Descreveu-se a migração como um movimento populacional unidirecional, que substituiu uma população (movimento populacional) ou penetrou uma população sem substituí-la (imigração). Distingue-se a migração da difusão ou do comércio pela natureza da mudança, uma mudança gradual de um complexo cultural para o outro é o resultado do contato entre culturas, como por comércio ou difusão, enquanto uma mudança abrupta pode ser atribuída ao movimento populacional ou à migração.

Há uma relação entre a quantidade de vestígios produzidos e o volume da população que os gerou. Quanto maior é a quantidade de resquícios, maior é o volume da população, e à inversa. Definem-se uma série de hipóteses de trabalho a partir das quais se podem definir estas relações. A primeira destas hipóteses é que, para um período cultural homogêneo, a quantidade de vestígios documentados em uma área ou jazida reflete a importância da população.

A paleoparasitologia, o estudo sobre infecções parasitárias em populações pré-históricas, é muito importante no estudo da dieta e das migrações. O estudo sobre os achados de vestígios de infecções ou infestações em humanos ou animais nos sítios arqueológicos entre dois lugares permite aprofundar o conhecimento sobre rotas migratórias possibilidades de ocupação de novos territórios, além de possibilidades de estimar a época em que surgiram as doenças (DA ROCHA, BOUCHET, ARAÚJO, FERREIRA; 2007, p.134). Criou-se o termo paleoparasitologia para identificar essa linha de pesquisa voltada para o encontro de parasitos intestinais (ARAÚJO; 2007, p.33). Estes estudos no Brasil começam na Fiocruz em 1978 (ARAÚJO; 2007, p.33).

Frequentemente a informação arqueológica provém de descobertas fortuitas e que se pode considerar uma mostra aleatória de um conjunto maior de restos, por ora, inacessíveis. Neste caso, interessa definir a distribuição dos vestígios arqueológicos, considerando ser uma distribuição o agrupamento de objetos arqueológicos com base em um critério de classificação.

Outras hipóteses de trabalho supõem que, para cada período arqueológico, há uma relação linear e uniforme entre densidade e distribuição dos indicadores, e densidade e distribuição populacional. Tal relação linear reforça a ideia de que o volume da população é, aproximadamente, proporcional ao volume dos



vestígios gerados, onde estes são numerosos, a população também o há de ser; onde não há vestígios, a zona está deserta (BOCQUET-APPEL; 2004, p. 25-34).

CONCLUSÃO

Em conclusão, este artigo ofereceu uma análise sistemática da literatura sobre migração, enfocando especificamente o ponto de vista da arqueologia. Através da compilação de informações de uma variedade de autores nacionais e estrangeiros, tentou-se obter uma visão abrangente sobre o tema. A exploração das obras selecionadas permitiu uma compreensão mais profunda das complexidades e dos fatores que influenciam as migrações. Essa pesquisa contribuiu para o aprimoramento do conhecimento existente, fornecendo uma base sólida para futuros estudos e investigações arqueológicas sobre migração. Ao entender melhor as migrações, podemos obter insights valiosos sobre a história humana, os padrões de assentamento e as interações culturais ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adalto. Protocolo de coleta de material para análise paleoparasitológica. 2007, Florianópolis. 3º Congresso Internacional da SAB. XIV Congresso da SAB. III Encontro do IPHAN e arqueólogos. **Resumos [...]**. Florianópolis, 2007, p. 33.
- BOCQUET-APPEL, Jean-Pierre. La paleodemografia. **Cota Zero**, Vic, v.1 n. 19, 2004, p. 25-34.
- CARVALHO, Fernando Lins de. **A Pré-história sergipana**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- DA-GLORIA, P., NEVES, W. A., & HUBBE, M.. (2017). História das pesquisas bioarqueológicas em Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n.3 , 2017, p. 919–936.
- HUDSON, Corey M. Walter Taylor and the history of American archaeology. **Journal of Anthropological Archaeology**, v.27, n.2,p 192-200, , 2008.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Editora UFPE, Recife, 2008.
- RIBEIRO, Roberto da Silva. Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, vol. 39, 188-205.
- RODRIGUES, João Barbosa. Antiquidades do Amazonas. INCAPANEMA, Guilherme Schüch. NOGUEIRA, Baptista Caetano d’A. RODRIGUES, João Basbosa. Ensaio de Sciencia. Rio de Janeiro, Brown & Evaristo, 1876. p. 92-147.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Paris: payot, 1949.



SLUSSER, Andrea B. **Discerning migration in the archaeological record: a case study at Chichén Itzá** Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Department of Anthropology in the College of Sciences, University of Central Florida, Orlando. 2008.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo, p. Odysseus, 2004.

VILLAFÁÑEZ, Emilio Alejandro. Entre la geografía y la arqueología, p. el espacio como objeto y representación. **Revista de Geografía Norte Grande**, v.1, n.50, 2001, 135-150.

WALSH, Kevin. Genèse et évolution de l'approche environnementale dans l'archéologie des paysages méditerranéens. **Méditerranée**, [s.l] v. 90, n. 4-1998. p. 61-64.